

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Geografia – Questão 1

Aplicação: 13/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o(a) candidato(a) desenvolva o texto de acordo com os quesitos a seguir:

1. O determinismo, primeiro paradigma a caracterizar a geografia como ciência, busca explicar fenômenos geográficos por meio de relações de causa e efeito, aplicando categorias gerais e princípios de verificabilidade e demonstração. Quando se fala em determinismo na geografia, Friedrich Ratzel é apontado como a principal referência na vasta bibliografia sobre o tema. O determinismo geográfico de Ratzel associa as condições naturais de um lugar com o desenvolvimento dos povos, justificando o expansionismo alemão e foi utilizado para fundamentar a disputa colonial entre as potências europeias e a divisão da África, Ásia, Oceania e América entre estes países, culminando, no século XX, com os dois grandes conflitos mundiais.

2. Friedrich Ratzel propôs que o ambiente natural molda o comportamento humano, introduzindo o conceito de “espaço vital”, que seria “uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premissas territoriais”. O principal resultado da teoria científica de Ratzel é o conceito de “espaço vital” acerca de existência e comportamento do Estado. Sua principal função foi a de justificar a necessidade de crescimento do Estado, pois, como todo organismo vivo, o Estado necessita de um espaço e de recursos para crescer e fortalecer sua existência. O espaço, juntamente com o Estado, é elemento fundamental para compreender a relação dos povos com o meio. Juntos, são dois elementos vistos como dinâmicos, pois o espaço se transforma a partir do momento em que o povo trabalha para fixar-se no território, e o Estado nunca está em repouso.

3. Apesar de sua importância na consolidação da geografia, o determinismo foi criticado por sua visão positivista. As principais críticas ao determinismo na geografia concentram-se em sua visão positivista e racionalista, que é vista como limitada e restritiva. Os críticos argumentam que o determinismo impõe uma perspectiva simplista ao reduzir as interações humanas a meras reações ao ambiente natural, negligenciando a complexidade das interações sociais e culturais. Essa abordagem é criticada por não considerar a influência de fatores históricos, econômicos e culturais no comportamento humano e na organização espacial. Ao focar exclusivamente as condições naturais como moldadoras do comportamento humano, o determinismo falha em capturar a totalidade das dinâmicas geográficas, resultando em uma compreensão parcial e muitas vezes distorcida dos fenômenos geográficos.

4. O possibilismo na geografia, proposto por Vidal de La Blache, entende o homem como um agente ativo que transforma o meio, interagindo com as condições oferecidas pela natureza para satisfazer suas necessidades. Essa visão determina como foco do estudo a superfície da Terra e os fenômenos nela produzidos, integrando diversos fatos que outras ciências analisam separadamente.

5. A geografia humana, dentro dessa abordagem, é vista como o estudo da paisagem, enfatizando a relação homem-natureza, mas sem abordar as relações sociais. La Blache introduziu o conceito de região como base de investigação geográfica, por meio da descrição seletiva para compreender as especificidades e identidades de cada lugar, promovendo um modelo flexível de análise.

6. O conceito de região proposto por La Blache contribui para a flexibilidade na análise geográfica dentro da corrente possibilista ao enfatizar a importância das especificidades e identidades de cada lugar. Em vez de adotar um modelo descritivo rígido, La Blache sugere que a investigação geográfica deve começar pela consideração das formas de civilização, a ação humana e os gêneros de vida de cada região, **que se referem aos modos de vida típicos de cada sociedade, moldados pelas suas interações com o ambiente, mas também pelas tradições e condições econômicas.**

7 e 8. Essa abordagem permite que o pesquisador adapte suas análises às características únicas de cada área, utilizando a descrição seletiva dos aspectos mais relevantes para esclarecer os fatores que moldam a paisagem. Assim, o conceito de região possibilita uma leitura mais contextualizada e dinâmica do espaço geográfico, na medida em que valoriza a diversidade e a complexidade dos fenômenos que ocorrem em diferentes lugares. A geografia regional, também conhecida como método regional, é uma corrente da geografia tradicional que se opôs ao determinismo ambiental e ao possibilismo. Ela se concentra na diferenciação de

áreas com base na integração e comparação de fenômenos heterogêneos, em vez de nas relações entre homem e natureza. Richard Hartshorne, geógrafo norte-americano, destacou a distinção entre ciências nomotéticas (sistemáticas e matematizadas) e idiográficas (empíricas e descritivas). Hartshorne propôs conceitos como área e integração, defendendo a região como o campo empírico, onde se manifestam as inter-relações entre cultura, ambiente e natureza, e considerando-a o método de identificação das diferenciações de áreas. **Destaca-se, ainda, a influência de Alfred Hettner no método regional, que foi fundamental para enfatizar o estudo detalhado das regiões como entidades únicas, em que fenômenos naturais e sociais interagem de forma integrada. O princípio da analogia, também proposto por Hettner, permite a comparação de regiões, utilizando referências de áreas semelhantes para enriquecer a análise sem perder suas particularidades.**

9. Essa corrente, segundo Richard Hartshorne, promove a integração entre as ciências humanas e as ciências da natureza por meio do conceito de região quando considera a região a materialização das inter-relações entre o homem, a cultura, o ambiente e a natureza, representando a diversidade e a especificidade de diferentes áreas. Ao estudar as diferenciações de áreas e a integração de fenômenos heterogêneos, Hartshorne acredita que a geografia pode unir abordagens nomotéticas (sistemáticas) e idiográficas (empíricas), promovendo uma compreensão mais completa das complexas interações entre fatores naturais e humanos.

10. Apesar de suas diferenças, as três correntes da geografia tradicional, **de origem positivista**, compartilham várias semelhanças que revelam um interesse comum em compreender a complexidade das interações entre o homem e o ambiente. Essas semelhanças se manifestam em vários aspectos: primeiramente, todas as correntes investigam a interação entre seres humanos e o ambiente natural, enfatizando a forma como as atividades humanas moldam e são moldadas pelos processos ambientais, adotando um caráter descritivo e de neutralidade. Elas buscam entender fenômenos geográficos de forma lógica e sistemática, empregando métodos rigorosos e teorias estabelecidas para analisar o espaço geográfico. Além disso, as três teorias adotam uma visão eurocêntrica que justifica o colonialismo e a construção de uma divisão que coloca a Europa como centro do mundo e as demais regiões à margem dessa visão. Por fim, essas abordagens valorizam a observação detalhada e a análise, reconhecendo que a compreensão do espaço geográfico depende de um exame minucioso dos dados e das relações espaciais.

Será avaliada a capacidade do candidato de identificar e discutir as principais características das três correntes da geografia tradicional — determinismo, possibilismo e geografia regional — por meio de uma análise comparativa e da explanação das similaridades entre elas.

#### **Referências**

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Ática, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ratzel**: geografia. São Paulo: Editora Ática, 1990.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Geografia – Questão 2

Aplicação: 13/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1. A maior parte dos incêndios tem origem humana e são, portanto, intencionais, e alguns criminosos, como os provocados por vingança ou desequilíbrio emocional. Os fatores naturais tem em sua origem fenômenos climáticos, como a seca e a velocidade do vento ou o relevo do local, influenciam a sua propagação e determinam os seus efeitos devastadores. Essa situação vem se agravando em muitos estados brasileiros e países sul-americanos.

2. No Brasil, a origem das queimadas no ambiente rural está relacionada ao meio de produção, que tem no manejo do fogo a solução mais rápida e econômica para a geração de renda na agricultura. **Mas devemos considerar também a grilagem de terras, o garimpo/mineração ilegal, o desmatamento para retirada da madeira nativa ou a formação de pastos e áreas agrícolas.** Há de se considerar, também, os incêndios por causas naturais, como autocombustão da vegetação e incêndios para manejo nos quais se perde o controle da queimada.

3. O período do inverno (junho a setembro) é caracterizado por baixíssimos índices de pluviosidade, umidade e amplitude térmica elevada que favorecem o ressecamento da vegetação, principalmente em maior parte da região Sudeste, na região Norte e na totalidade do Centro-Oeste. Esse período de seca facilita a ocorrência de incêndios em áreas rurais, urbanas e em unidades de conservação, onde a vegetação seca facilmente entra em combustão. A estação seca, entre julho e outubro, concentra 79% das ocorrências de área queimada no Brasil, e setembro responde por um terço do total (33%), **e que pode ser intensificada em razão do fenômeno El Niño que produz secas mais severas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.**

4. A cada ano, uma média de 18,3 milhões de hectares, ou 2,2% do país, são afetados pelo fogo. Nesse contexto, o Cerrado e a Amazônia, que juntos representam a maior parte da área queimada no país, apresentam características e desafios únicos que demandam abordagens específicas. O bioma cuja área mais queimou proporcionalmente nos 39 anos avaliados foi o Pantanal, com 9 milhões de hectares. Embora sejam apenas 4,5% do total nacional, são 59,2% do bioma. Em 2023, foram mais de 600 mil hectares queimados no Pantanal, 97% dos quais ocorreram entre setembro e dezembro. O mês de novembro concentrou 60% do total da área queimada. O Pantanal, também adaptado ao fogo, enfrenta incêndios intensos principalmente devido às secas prolongadas, e, em função das dificuldades de contenção das queimadas, qualquer foco pode gerar impactos significativos na fauna e flora locais.

5. O auge das queimadas ocorre em território brasileiro e em países vizinhos como o Paraguai, Bolívia, **Colômbia**, Argentina e Peru.

6. Entre 1985 e 2023, 199,1 milhões de hectares foram queimados pelo menos uma vez no Brasil, segundo dados da mais recente Coleção do MapBiomias Fogo sobre a extensão das áreas queimadas no país, representando quase um quarto (23%) do território nacional. Mais de dois terços da área afetada por fogo (68,4%) foi de vegetação nativa; aproximadamente um terço (31,6%) em área antropizada, como pastagem e agricultura. Quase metade (46%) da área queimada está concentrada em três estados: Mato Grosso, Pará e Maranhão e 60% de toda área queimada aconteceu em imóveis privados.

7. As consequências dos incêndios florestais para o meio ambiente são graves: destruição de ecossistemas — as chamas destroem florestas, matagais e campos, o que afeta negativamente os ecossistemas responsáveis por regular o clima, purificar a água e abrigar uma diversidade incrível de vida selvagem —; emissões de gases de efeito estufa — durante as queimadas, grandes quantidades de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e outros gases de efeito estufa são liberados na atmosfera, o que contribui para o aquecimento global e as mudanças climáticas; danos à fauna — animais enfrentam mortes e lesões devido às chamas, além da exposição à fumaça, o que prejudica sua saúde respiratória

8. Os eventos de queimadas e incêndios florestais tornam os ambientes impactados mais expostos a subsequentes impactos climáticos e antropogênicos, reduzindo a quantidade de biomassa da floresta e consequentemente os estoques de carbono, além de causar alterações climáticas. A floresta amazônica funciona como uma bomba de água que abastece a atmosfera com o vapor que forma as nuvens e mantém as chuvas. A desregulação das chuvas também impacta todo o país. O Brasil tem 95% da agricultura dependente de chuva. O desmatamento e as queimadas podem afetar o ciclo hidrológico, podendo modificar

drasticamente o transporte de umidade fornecido pela floresta para importantes regiões agrícolas do Brasil localizadas no Sul e Sudeste, causando a supressão de chuvas não apenas em regiões brasileiras, mas em outras partes da América do Sul.

9. Durante o período da estação seca, as emissões de origem antropogênica através das queimadas são predominantes, provocando altas concentrações de partículas de aerossóis na atmosfera e a supressão de precipitação. A poluição atmosférica é medida por tipo e tamanho das partículas que estão no ar. As mais grossas irritam nariz e garganta, as mais finas e os gases tóxicos penetram fundo nas estruturas dos pulmões e chegam até o sangue, espalhando os efeitos danosos pelo corpo. A poluição do ar causa cerca de 7 milhões de mortes por ano no mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) *apud* Sousa *et al* (2024). Especialistas já falam em redução da grande conquista que é o aumento da expectativa de vida. A perda de *habitat* e o deslocamento forçado são igualmente preocupantes, em face dos declínios populacionais e conflitos territoriais. A literatura especializada indica que os principais efeitos à saúde humana da poluição atmosférica são problemas oftálmicos, doenças dermatológicas, gastrointestinais, cardiovasculares e pulmonares, além de alguns tipos de câncer. Efeitos sobre o sistema nervoso também podem ocorrer após exposição a altos níveis de monóxido de carbono no ar. Além disso, efeitos indiretos podem ser apontados em decorrência de alterações climáticas provocadas pela poluição do ar. A realização de pesquisas científicas tem enfocado principalmente os efeitos da poluição do ar sobre as doenças respiratórias, cuja associação é mais fácil de evidenciar.

10. Com a crescente demanda internacional por reduções nas emissões de carbono, controlar o uso indiscriminado de fogo pode ser uma eficiente estratégia para reduzir essas emissões e suas consequências tanto para o meio ambiente quanto para a população. O governo brasileiro se compromete, em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, em inglês), a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 48% até 2025 e em 53% até 2030, em relação às emissões de 2005. Assim, o Brasil se compromete com metas graduais mais robustas de redução de emissões de carbono com vistas a alcançar a emissão líquida zero em 2050. Pela NDC ajustada, o país reitera as metas de seu compromisso original de limitar a emissão máxima em 2025 a até 1,32 bi tCO<sub>2</sub> (e bilhões de toneladas de gás carbônico equivalente) e de até 1,20 bi tCO<sub>2</sub> em 2030. O ajuste da NDC brasileira foi uma das primeiras medidas do Comitê Interministerial de Mudança do Clima (CIM), composto por 18 ministros. O Brasil tem a meta de reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 48% até o próximo ano, mas ainda é incerto se conseguirá atingir esse objetivo com a elevação da ocorrência de queimadas no país. Os impactos no ecossistema são inúmeros, mas são dois os principais: a mudança no comportamento das chuvas e (consequentemente) a mudança do clima em todo o planeta. **A formulação, a fiscalização e a execução da política ambiental brasileira de combate às queimadas é de responsabilidade do IBAMA, do ICMBIO, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais INPE, das secretarias estaduais e municipais de meio ambiente e da defesa civil.**

## Referências

**Área queimada no Brasil em janeiro aumentou 35 vezes em relação a 2023.** Internet: <[www.brasil.mapbiomas.org](http://www.brasil.mapbiomas.org)>.

**As várias faces dos incêndios no Brasil.** Internet: <[www.jornal.usp.br](http://www.jornal.usp.br)>.

BERNARDES, W. F.; TONELLA, L. H. Análise dos índices de queimadas no estado do Tocantins nos anos de 2018 a 2023 – seus impactos ambientais e medidas coercitivas adotadas pelo estado. *In: Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, São Paulo, v. 7, n.º 15, 2024.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

**Emissão de CO<sub>2</sub> por queimadas na Amazônia cresce 60%.** Internet: <[www.oc.eco.br](http://www.oc.eco.br)>.

**Focos de incêndio pelo país** – Reprodução de imagem/INPE, set./2024. Internet: <[www.g1.globo.com](http://www.g1.globo.com)>.

**INPE, queimadas aumentaram 78% em 2024 no Brasil.** Internet: <[www.cnnbrasil.com.br](http://www.cnnbrasil.com.br)>.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). **Queimadas no Brasil** – Relatório de Monitoramento. 2022. Internet: <[www.queimadas.dgi.inpe.br](http://www.queimadas.dgi.inpe.br)>.

MapBiomas. **Relatório Anual de Desmatamento – 2021.** São Paulo, 2022.

MARTINS, Guilherme *et al.* **Dinâmica espaço-temporal das queimadas no Brasil no período de 2003 a 2018.** *In: Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 13, n.º 4, 2020, p. 1558-1569.

MENDES, M. *et al.* Impactos das queimadas sobre a saúde da população humana na Amazônia maranhense/biomas – *burning impact on the human population health in the amazon region from Maranhão.* *In: Revista de Pesquisa em Saúde*, v. 17, n.º 3, 2017.

SOUSA, H. *et al.* Efeitos das queimadas na saúde da população com foco para as doenças pulmonares. *In: Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n.º 5, 2024, p. 3126–3150.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Geografia – Questão 3

Aplicação: 13/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o(a) candidato(a) redija o texto, abordando os aspectos discriminados a seguir:

1. A expansão do agronegócio no Brasil tem sido um dos principais fatores da perda acelerada de vegetação nativa no país. Desde a década de 1980 do século passado, com o aumento da demanda global por *commodities* agrícolas, grandes áreas de florestas e outros biomas nativos têm sido convertidos em terras destinadas à agricultura. **Matopiba, Sealba e Amacro são áreas prioritárias para a expansão agrícola no Brasil devido ao seu grande potencial produtivo, atraindo investimentos no agronegócio. No entanto, essa expansão deve equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a proteção das comunidades locais, uma vez que essas regiões abrigam biomas importantes.**

2 e 3. Especialmente para monoculturas, como soja, milho e cana-de-açúcar, além da criação de pastagens para pecuária. Esse processo é particularmente intenso na Amazônia e no Cerrado, biomas que apresentam elevada biodiversidade e importantes para o equilíbrio climático global. A retirada da cobertura vegetal natural reduz a biodiversidade, altera os ciclos hidrológicos, diminui a fertilidade do solo, dificulta a sobrevivência de espécies endêmicas, o que implica perda de patrimônio natural e aumento das emissões de gases de efeito estufa, e contribui para as mudanças climáticas. Para mitigar esses impactos e garantir a sustentabilidade ambiental a longo prazo, é urgente a elaboração de políticas públicas que conciliem a produção agrícola e a preservação ambiental. **Isso inclui a promoção de práticas, como a integração agroflorestal, o plantio direto e o uso da agricultura de precisão.**

4 e 5. A relação entre a territorialização do agronegócio e a concentração fundiária no Brasil é marcada por uma dinâmica de poder e desigualdade. O processo de expansão do agronegócio envolve a ocupação de vastas extensões de terras para a produção em larga escala de *commodities*, como soja, milho, cana-de-açúcar e uma diversidade de produtos primários para a agroindústria e mercado externo, a exemplo o café, o algodão, as frutas tropicais, o trigo, as carnes entre outros produtos. Essa expansão é acompanhada pela aquisição e controle de grandes proprietários rurais, muitas vezes em detrimento de pequenos agricultores e comunidades tradicionais. Como resultado, há um aumento da concentração fundiária, onde poucos detêm grandes parcelas de terra, o que acentua as desigualdades sociais no campo.

6. Esse processo também contribui para o êxodo rural, pois pequenos proprietários são forçados a abandonar suas terras devido à pressão econômica e social exercida pelo agronegócio. Isso, por sua vez, alimenta conflitos agrários, especialmente em regiões onde o agronegócio avança sobre territórios indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e produtores familiares. A concentração fundiária resultante reforça um modelo agrícola que, voltado para o mercado externo, negligencia a agricultura familiar e a sustentabilidade ambiental, e perpetua um ciclo de desigualdade no campo brasileiro.

7. O conflito entre o agronegócio e a agricultura familiar, no Brasil, evidencia as desigualdades de poder e de distribuição de recursos no campo. O agronegócio, muitas vezes apoiado por políticas governamentais e acesso privilegiado a crédito e tecnologia, gera a concentração fundiária e pressiona os pequenos agricultores a venderem suas terras ou a migrarem para as periferias urbanas. O governo brasileiro tem, historicamente, oferecido incentivos fiscais e subsídios a grandes produtores e indústrias do agronegócio. Essas medidas incluem isenções de impostos e financiamentos a taxas de juros reduzidas, que facilitam o investimento em grandes propriedades e na produção em larga escala. Existem, também, programas específicos voltados para a modernização do agronegócio, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prioriza a infraestrutura rural, e o Plano Safra, que disponibiliza recursos para a produção de *commodities*. Esses programas muitas vezes beneficiam mais os grandes produtores que os pequenos agricultores.

8. Grandes produtores têm acesso a linhas de crédito com condições mais favoráveis, o que lhes permite realizar investimentos significativos em tecnologia e maquinário. Isso aumenta sua competitividade em relação aos pequenos agricultores, que muitas vezes enfrentam dificuldades para obter financiamento. Os bancos e as cooperativas de crédito, geralmente, preferem financiar grandes operações agrícolas, que oferecem menor risco e maior retorno, em detrimento dos pequenos agricultores, que contam com menos garantias.

9. O agronegócio brasileiro tem se beneficiado do acesso a tecnologias avançadas, como sementes geneticamente modificadas, sistemas de irrigação eficientes e técnicas de manejo sustentável. Esses recursos, aliados a uma infraestrutura moderna, potencializam a produtividade das grandes propriedades. Instituições de pesquisa, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) focam inovações que atendem principalmente às demandas do agronegócio. Embora haja esforços para a inclusão da agricultura familiar, a ênfase nas *commodities* geralmente favorece os grandes produtores. Vale ressaltar que os produtos oriundos do agronegócio e da agricultura familiar são direcionados para mercados diferentes. Enquanto o agronegócio produz *commodities* com o objetivo de exportação, a agricultura familiar tem como base o policultivo, visando ao mercado interno e à alimentação da população nacional.

10. Em contrapartida, a agricultura familiar, responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos que abastece o mercado interno, enfrenta desafios como a falta de apoio técnico, dificuldades de acesso a crédito, e a competição desigual com grandes produtores, sem contar a degradação ambiental, que afeta diretamente as comunidades que dependem da terra para sua subsistência. Esse cenário cria um ambiente de tensão, onde os interesses do agronegócio frequentemente se sobrepõem às necessidades dos pequenos agricultores, gerando conflitos por terra e recursos naturais e ameaçando a sustentabilidade das comunidades rurais. **Para mitigar esses problemas, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi criado como uma política pública do governo brasileiro, oferecendo apoio financeiro para incentivar o desenvolvimento sustentável das pequenas propriedades rurais.**

Será avaliada a capacidade do(da) candidato(a) de analisar e discutir as questões relacionadas à expansão do agronegócio no Brasil, abordando: o impacto da expansão do agronegócio na perda de vegetação nativa, a relação entre a territorialização do agronegócio e a concentração fundiária, e a dinâmica de conflito entre o modelo do agronegócio e a agricultura familiar. O(A) candidato(a) deve demonstrar compreensão dos aspectos sociais, econômicos e ambientais envolvidos nessas questões, utilizando argumentos coerentes e embasados em informações atuais.

### Referências

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio e agricultura familiar no Brasil. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 24 n.º 1, 2016.

CAMPOS, V. L. de; SOUZA, E. A de. Breve análise da territorialização do agronegócio no Brasil e a situação da agricultura familiar e camponesa. *In: Revista Georaguia*, v. 13, 2023, p. – Edição especial da Travessia à Resiliência.

FERNANDES, Leonardo. Agronegócio é o principal responsável pela perda de vegetação nativa no Brasil, diz estudo. *In: Brasil de Fato*. Brasília (DF).

LIMA, F. V. Territorialização do agronegócio e resistência camponesa. *In: Mercator*, v. 15, n.º 1, 2016, p. 73-86.

**Módulo de degradação da vegetação nativa do Brasil (1986-2021) – versão beta.** Internet: <[www.brasil.mapbiomas.org](http://www.brasil.mapbiomas.org)>.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Geografia – Questão 4

Aplicação: 13/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1. A intensa urbanização que vem ocorrendo no Brasil, especialmente a partir de 1950, tem sido acompanhada por um processo de metropolização que, segundo o IPEA (2010) *apud* Pereira (2021), consiste em um processo de integração do território a partir de uma cidade-núcleo, configurando um território ampliado, em que se compartilha um conjunto de funções de interesse comum. Ou seja, trata-se de uma ocupação urbana contínua, que ultrapassa os limites físicos dos municípios. **No caso da Região Metropolitana de São Paulo, a metropolização inicia-se no Século XX em paralelo à industrialização do país.**

2. A expansão horizontal de uma cidade pode fazer com que ela se junte e misture a outro espaço urbano, de modo que seus limites geográficos mal possam ser distinguidos. Esse fenômeno chama-se conurbação. A metropolização completou-se pela conurbação dos núcleos urbanos tradicionais à cidade central, ou seja, a união de várias cidades que funcionam, na prática, como uma única cidade. O território, composto de várias urbanizações, com qualidades distintas de tempo, espaço e processos culturais, tornou-se um território com uma única urbanização em termos físicos, mas contendo inúmeras formas de ocupação urbana.

3. O processo de urbanização brasileiro começou na primeira metade do século XX e intensificou-se a partir de 1950, quando a indústria se tornou o setor mais importante da economia nacional, momento que representa a passagem de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial. Mas foi somente no final da década de 60 que a população urbana superou a rural.

4. O crescimento da economia urbano-industrial e a conseqüente modernização do Brasil produziram uma divisão territorial do trabalho que subordina o campo à cidade, bem como as cidades menores (com menos recursos, como população, equipamentos urbanos) às maiores. A cidade de São Paulo torna-se, na virada do século XIX para o XX, o mais importante centro econômico do país. A partir do capital oriundo da produção cafeeira e das migrações de brasileiros e estrangeiros para seu território, São Paulo torna-se metrópole e, sendo no século XXI uma cidade mundial, centro urbano financeiro de controle e gestão do território nacional a partir das empresas instaladas em sua região metropolitana.

5. Além do controle sobre o meio rural vizinho, surge uma rede de hierarquização entre as cidades, ou seja, um sistema de relações econômicas e sociais em que umas se subordinam a outras. Ou seja, as cidades não estão isoladas e estabelecem relações entre elas de forma hierárquica, considerando-se a importância e a influência econômica, cultural e social que uma cidade exerce sobre as demais cidades da região.

6. Nas metrópoles em que a indústria teve um papel dominante, a diversificação espacial dos lugares e a desarticulação dos sistemas rodoviários e viários somaram-se às novas questões introduzidas pelo rompimento da relação moradia-trabalho na cidade e na metrópole. Segundo Villaça (2001) *apud* Pereira (2021), o deslocamento dos seres humanos é o mais importante fato determinante da estrutura territorial de nossas metrópoles, sendo suas condições e estrutura resultantes de sua atuação comandadas pelas classes sociais dominantes. **Santos (1988) escreveu que a configuração territorial é definida pelo conjunto de objetos existentes, artificiais e naturais, em determinado território. O espaço é a junção entre a configuração territorial, paisagem e sociedade, ou seja, o espaço é formado de fixos e fluxos. Os fixos, em algumas palavras, constituem os objetos geográficos que permanecem por um tempo considerável: são os pontos de apoio sobre o qual se ancora a vida de uma sociedade, o seu cotidiano, o seu trabalho. Tangíveis no espaço, e imóveis no lugar, os fixos são sempre localizáveis, apresentam formas bem definidas. Podemos apontá-los no mapa (já com relação aos fluxos, pode-se, quando muito, apenas indicar por onde passam). Além disso, criados por ações humanas e produtos de intencionalidades, os fixos desempenham funções. Foram criados, e são mantidos, por alguma razão. Os fluxos, enfim, atravessam o espaço, percorrem-no, circulam por toda a sua extensão, conduzem ações, decisões, eletricidade. "O espaço é teatro com fluxos de diferentes níveis, intensidades e orientações. Há fluxos hegemônicos e fluxos hegemonzados, fluxos mais rápidos e eficazes e fluxos mais lentos".**

7. Um dos problemas que comprometem um melhor desempenho das atividades econômicas metropolitanas é a baixa capacidade de deslocamento das pessoas e das mercadorias em virtude das condições do sistema de transporte, caracterizado por uma infraestrutura viária deficiente, uma situação precária do transporte público de passageiros e pouca fluidez no tráfego. **Esta condição é resultado de processos urbanos, como a periferização e a suburbanização, descritos como condição que impede**

as classes sociais de menor poder aquisitivo de residir em localizações mais valorizadas, havendo o deslocamento para áreas mais distantes da mancha urbana e o crescimento das cidades para fora de seus limites, expandindo para outras áreas urbanas e rurais.

8. Tais questões remetem necessariamente ao tipo de ordenamento territorial até então gerado nas metrópoles brasileiras. Além disso, uma urbanização dispersa sem transporte público eficiente é um caminho explosivo, do ponto de vista da qualidade de vida nas metrópoles e aglomerações urbanas. No contexto urbano-metropolitano, os deslocamentos temporários se tornam mais que uma característica da vida metropolitana, passando a ser indicadores dessa articulação e do seu espaço de atividade.

9. Com as ofertas no mercado imobiliário em áreas mais afastadas e desvalorizadas, os trabalhadores pendulares utilizam como estratégia residir nos locais mais acessíveis, percorrendo maiores distâncias para chegar ao município de trabalho, com dependência de sistemas de transporte público de massa como ônibus e metrô.

10. O deslocamento temporário é o movimento que ocorre para fins de trabalho ou estudo com retorno ao município de origem. O que chamamos de mobilidade ou deslocamento pendular está ligado à expansão de uma determinada região que exerce uma influência de centralidade do mercado de trabalho, se referindo às pessoas que se deslocam com certa regularidade para trabalhar ou estudar em algum município que não seja o seu de residência. A oferta de emprego e renda e as maiores possibilidades de melhoria das condições de vida são fatores de atração de migrantes para as regiões metropolitanas.

### Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. *In: Estudos avançados*, São Paulo, v. 23, n.º 66, 2009.

MELAZZO, Everaldo. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil. *In: Mercator*, Fortaleza, v. 12, n.º 2, 2013, p. 29-40 – Edição especial.

PEREIRA, Rafael H. M. *et al.* **Tendências e desigualdades da mobilidade urbana no Brasil I: o uso do transporte coletivo e individual**. IPEA, Rio de Janeiro, 2021.

ROMANELLI, Carla; ABIKO, Alex Kenya. **O processo de metropolização no Brasil**. São Paulo, Editora da USP, 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Edusp, 2023.

SANTOS, Milton. **Brasil: território e sociedade**. São Paulo, Editora Record, 2001.